

AGRICULTURA CAMPONESA X MINERADORAS: um olhar sobre a Comunidade Rural Macaúba/Catalão (GO)

Ana Paula da Silva de Oliveira FERREIRA; Vera Lúcia Salazar PESSÔA
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão
apsof86@hotmail.com
verinha.salazar@hotmail.com

Órgão financiador: CAPES

Palavras-chave: Agricultura camponesa. Comunidade Macaúba. Mineradoras.

1 Introdução

A agricultura camponesa destaca no cenário econômico brasileiro como uma importante produtora de alimentos da cesta básica. Os alimentos são produzidos em pequenas escalas e comercializados no mercado interno a baixo custo para o consumidor. Apesar de sua reconhecida importância para a economia brasileira, a agricultura camponesa é relegada a segundo plano pelo Estado quando este, através de políticas públicas agrícolas, marginaliza este segmento da sociedade e privilegia as grandes propriedades rurais. A falta de apoio do Estado para com a agricultura camponesa tem agravado os problemas sociais e dificultado a permanência desses camponeses na terra.

O avanço do capital no campo tem se dado através da técnica, da agricultura mecanizada, das monoculturas, dos grandes empreendimentos como as hidroelétricas e, em alguns casos como em Catalão, da territorialização de empresas mineradoras. O capital ao se territorializar no campo expulsa os camponeses da sua terra. Entretanto, estes buscam de diferentes formas resistir a esse processo violento. Dentre as estratégias dos camponeses mencione-se a luta pela terra, a sua organização em movimentos sociais, a tentativa de se reproduzir em um novo território, a manutenção do seu modo de vida.

A Comunidade Macaúba – Catalão (GO), é um exemplo de uma Comunidade camponesa que encontra-se ameaçada pela territorialização do grande capital minerador. As explorações de minerais nas proximidades da Comunidade tem se efetivado como uma ameaça a essa Comunidade camponesa e à sua cultura, seu modo de vida, baseado no trabalho familiar, em relações de pertencimento com o território. É a partir destas considerações que se propôs pensar a Comunidade Rural Macaúba.

O objetivo geral da pesquisa é compreender as transformações sócio-econômicas e culturais que estão ocorrendo na Comunidade Rural Macaúba em função do processo de

territorialização e expansão das indústrias mineradoras na região. E para alcançar este objetivo delimitou-se como objetivos específicos: fazer uma discussão sobre a agricultura camponesa na Comunidade Macaúba; explicar o processo de formação territorial e econômica da Comunidade; identificar as principais características socioeconômicas e culturais da Comunidade; analisar o processo de territorialização das mineradoras e suas implicações socioeconômicas e culturais na Comunidade Macaúba.

2 Materiais e métodos

Para o desenvolvimento da pesquisa e a consecução dos objetivos propostos, estão sendo adotados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa teórica, pesquisa em fonte primária e secundária e pesquisa de campo.

No que concerne à revisão teórica estão sendo feitas leituras sobre agricultura camponesa, território, Comunidade, cultura e capital minerador na busca de elementos que possam subsidiar a pesquisa. Na pesquisa documental estão sendo feitas consultas em fontes oficiais de informações secundárias como no Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE – Agência Catalão), na Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), na Secretaria de Agricultura de Catalão.

Nas idas a campo estão sendo feitas visitas às famílias residentes na Comunidade, bem como a famílias que já residiram na mesma e que deixaram a Comunidade. Para estas visitas, foram elaborados roteiros, abordando questões concernentes a temática. Estão sendo coletadas informações factuais e opinativas. Ainda estamos usando do recurso da História Oral com moradores mais antigos da Comunidade buscando conhecer a história da Comunidade, suas particularidades sociais, culturais e econômicas e as transformações nela ocorrida a partir da territorialização das mineradoras na região. Outra técnica que adotamos na pesquisa refere-se ao diário de campo, onde estão sendo feitas anotações sobre a Comunidade Macaúba e a sua dinâmica

3 Resultados e discussão

A idéia de comunidade está diretamente ligada à tradição, a valores, hábitos, e costumes em uma relação de identidade e pertencimento com o local. A comunidade pode ser concebida como um grupo coeso, onde as pessoas estão ligadas pela cultura, pelo parentesco, por relações de confiança, modos de vida, ideais comuns. As comunidades camponesas

constituem-se assim em um espaço, onde seus habitantes estão unidos entre si e com o território através de suas relações políticas, sociais, econômicas e culturais. É um espaço construído coletivamente, em família, como produto do trabalho, conjunto das relações sociais e ambientais nele desenvolvidas, onde o sujeito se sente e é parte da comunidade. É nessa perspectiva que compreendemos a Comunidade Macaúba território do campesinato.

A Comunidade Macaúba, localizada no município de Catalão (GO), é um território onde vive um grupo coeso de famílias camponesas que mantêm laços de reciprocidade, de vizinhança, de amizade e em alguns casos de parentesco. Possuem uma série de elementos comuns, como certa homogeneidade na forma de falar, de vestir, de se relacionar. Além de um sentimento de pertencimento para com a Comunidade.

A comunidade Macaúba conta hoje com 49 sedes, das quais 34 são de famílias residentes (92 pessoas) e 15 de famílias não residentes (36 pessoas). As propriedades são pequenas, e todas são produtivas. As principais atividades econômicas desenvolvidas na comunidade referem-se à criação de gado leiteiro, suínos, galináceos, produção de hortaliças e cultivo de lavouras. Essas atividades econômicas são desenvolvidas em pequenas escalas, e garantem a existência dessas famílias.

O leite é a principal atividade econômica desenvolvida, este é entregue a Cooperativa Agropecuária de Catalão, ou em alguns casos é transformado em queijos, que são comercializados na Feira Camponesa de Catalão. Grande parte das hortaliças produzidas são também comercializadas na Feira Camponesa que ocorre uma vez por semana no bairro Ipanema (Catalão – GO), e na qual participam famílias camponesas de diferentes Comunidades. As lavouras são em sua maioria de produção de feijão, mandioca, tomate, pepino, milho e cana-de-açúcar, sendo que estes dois últimos itens além de serem comercializados servem de alimento para o gado. A criação de galináceos e suínos visa o consumo próprio das famílias sendo o excedente comercializado.

A produção em pequena escala com vistas ao sustento da família, além de uma diversidade de estratégias produtivas são um dos fatores que conferem as famílias da Comunidade Macaúba a denominação de camponesas. Além desse fator encontra-se nessa Comunidade práticas de ajuda mútua típicas de Comunidades camponesas, como o mutirão, a demão (em que membros da Comunidade se reúnem para trabalhar na propriedade de outro membro de forma gratuita, visando unicamente ajudá-lo no trabalho). Ainda é comum na Comunidade a realização de festas religiosas, destaque para as festas em homenagem a São Sebastião, São João e São Pedro, que tradicionalmente são realizadas todos os anos, e contemplam momentos de oração, músicas, danças, e degustação de pratos típicos. As

famílias da Comunidade Macaúba estão unidas por laços de amizade, de reciprocidade, de formas e usos da terra semelhantes, que conferem a ela uma cultura própria. Na Comunidade Macaúba existe uma multiplicidade de elementos identitários, festas, rezas, crenças, tradições perpassadas por gerações, estratégias de sobrevivência tanto materiais como culturais expressas no cotidiano de luta e trabalho dos seus moradores, entretanto esses elementos assim como a Comunidade correm o risco de deixar de existir em função do processo de territorialização e expansão das mineradoras na região.

A Comunidade Macaúba faz divisa com a Mineração Fosfertil (pertencente a Vale do Rio Doce) e com a Mineração Copebrás (pertencente ao grupo Anglo American). A empresa Fosfertil surgiu da privatização da Goiás Fertilizantes S.A. (Goiásfertil) e foi criada pelo governo estadual em 1967, com o objetivo de pesquisar, explorar e comercializar a rocha fosfática da jazida do complexo alcalino Catalão-Ouvidor, mas sua produção de fosfato em caráter industrial iniciou-se somente a partir de novembro de 1982. Seu produto serve de matéria-prima para as fábricas de fertilizantes do próprio grupo.

A Copebrás S.A. instalou sua unidade industrial em Catalão em 1977, com o objetivo de explorar as reservas de fosfato. A empresa recebe o concentrado de rocha fosfática de sua unidade de mineração e beneficiamento, situada no município de Ouvidor (GO), e processa essa matéria prima no Terminal Rodo-Ferroviário de Catalão. A sua produção final é de fertilizantes da qual a maior parte é consumida pelos estados de Goiás e Mato Grosso na produção agrícola.

A territorialização dessas empresas mineradoras na Comunidade Macaúba acarretou na expulsão de famílias camponesas de seus territórios, desde a década de 1970, a Comunidade sofre com o avanço das mineradoras. À medida que as empresas se expandem aumentando a área de exploração mineral ou ainda necessitando de novas áreas para depositar o material descartável a que chamam de rejeito acabam por ocupar novas áreas pertencentes à Comunidade Macaúba. Este processo tem acarretado ao longo dessas três décadas em um progressivo esvaziamento da Comunidade, o que tem refletido diretamente nos aspectos sócio-econômicos, culturais e políticos dos camponeses residentes na mesma.

Compreende-se assim que há territórios em conflito, o território da comunidade Macaúba, território do campesinato, como um espaço de realização da vida e o território das mineradoras, território do capital, como fonte de lucro. Nesse território, os camponeses resistem permanecendo na terra e procuram manter suas identidades em meio à contradição da modernidade.

4 Referências

- ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.). **Tantos cerrados**: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural. Goiânia: Vieira, 2005.
- ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Org.). **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Tradução de Plínio Dentizien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. Tradução de Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/marco2008.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2010.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução de Fanny Wrobel Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Niterói, 2006. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cecen/04porto.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2010.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Marília Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico 87**, Brasília/Rio de Janeiro: Editora UnB/Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.